

EDITORIAL

ESTADO, DEMOCRACIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

O volume 31, n. 2, da Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas é formado por dezessete artigos relacionados com os temas do Estado, da democracia e dos direitos fundamentais sociais.

Em um artigo sobre a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável, Agostinho Olli Koppe Pereira e Cleide Calgaro analisam as possibilidades de construção de uma racionalidade ambiental diferente das noções tradicionais de desenvolvimento por meio de um modelo de democracia participativa. Em seguida, Laura Fernanda Melo Nascimento e Adriano Fernandes Ferreira apresentam uma reflexão acerca da significação tácita da dignidade da pessoa humana nas decisões judiciais, a partir dos aportes filosóficos de Kant. Marta Ribeiro de Almeida e Pedro Henrique Bottizini estabelecem uma investigação histórica a respeito da prolixidade dos textos constitucionais, de 1824 a 1988, com referência a matérias infraconstitucionais.

Para explicitar a estruturação de mitos da não violência na resolução de conflitos, Caroline Liebi utiliza o pensamento de Walter Benjamin e analisa a prática da greve de fome como um meio não pacífico de exercício de poder. Eliese Almeida apresenta uma investigação sobre os processos de legitimação do Estado, entendido como um conjunto de instituições fundamentais em tempos de concretizações atemporais de objetivos e de funções. Para explicitar especificidades da democracia brasileira no artigo intitulado *Interesse, razão e afeto: a história do povo e do aparelho do estado pelas linguagens da democracia*, Davi Augusto Santana de Leis analisa a formação do aparelho administrativo do Estado brasileiro a partir da noção de ruptura com o passado, recorrente na história da democracia brasileira.

No artigo intitulado *Limite constitucional de jornada, dano existencial e trabalho escravo*, Amauri Cesar Alves observa que, apesar de os tribunais entenderem que as horas extras são meras referências para pagamento pela disponibilidade do empregado, a jornada de trabalho é um direito que não deve estar ligado apenas a um preço, como se pudessem existir horas extras habituais. O artigo sustenta a tese de que a sobrejornada de trabalho pode ensejar também indenizações. Ainda na área dos direitos fundamentais sociais, Douglas Ferreira Santos traça um mapa do trabalho escravo rural no Estado do Mato Grosso do Sul, identificando situações de trabalho análogo à escravidão, que ocorrem na região, e apontando desafios e possíveis caminhos para o enfrentamento desse problema.

O Estado Democrático sob uma perspectiva do direito ambiental é o artigo de Cleiton Lixieski Sell e Fátima Barasuol Hammarström, no qual os pesquisadores realizam uma reflexão no que tange às diversas dimensões da questão ambiental sobre a noção de Estado Democrático de Direito. Cássio Schneider Bemvenuti analisa a relação entre o papel do juiz e o processo histórico de formação do Estado de Direito, no artigo cujo título é *O Estado Liberal clássico e o surgimento do État Legal na França: as garantias individuais e o papel do juiz no processo*. Diogo César Soares Ribeiro, no artigo intitulado *O fracassado canto do cisne no controle difuso brasileiro*, convoca os aportes teóricos da crítica hermenêutica do direito de Lenio Streck para estabelecer uma releitura das razões do modelo de controle difuso de constitucionalidade, objeto da Reclamação 4.335-5/AC.

Também em relação ao controle difuso de constitucionalidade, José Luís da Silva Tavares enfrenta uma perspectiva diferente da questão, analisando o papel do Senado Federal no controle difuso de constitucionalidade à luz da Reclamação 4.335-5/AC. Em seguida, Flávia Ávila Penido e Jordânia Cláudia de Oliveira Gonçalves procuram identificar o ideal de um processo constitucional como controle da legitimidade democrática das decisões jurisdicionais.

Giovani Clark e Leonardo Nunes de Souza investigam os discursos da maior eficiência do setor privado na prestação de serviços públicos, no modelo de parcerias público-privadas (PPPs) do direito administrativo brasileiro, a partir de um estudo de caso da Rodovia MG-050. Na sequência, em artigo intitulado *Quem deve ser o detentor da última palavra, o Judiciário ou o Legislativo?*, Vinícius Polli apresenta uma reflexão sobre os processos históricos de formação do Estado Democrático de Direito e a questão da legitimidade democrática da revisão judicial de decisões políticas.

Analisando a relação entre tutela penal e o paradigma da sustentabilidade, José Renato Gaziero Cella e Maurício Mosena identificam os desafios de uma mudança de paradigma na compreensão da criminalidade, não mais como um conjunto de problemas individuais e personalíssimos, mas como uma questão social, coletiva, que deve ser pensada na perspectiva da sustentabilidade. Finalizando este volume 31, n. 2, Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva, Bárbara Lupetti e Rafael Mario Iorio Filho apresentam o artigo intitulado *Uma análise empírica sobre o uso dos princípios, interpretação jurídica e decisão judicial*, no qual os autores analisam a existência de um abuso na convocação de princípios pelas decisões jurídicas em suas linhas de argumentação.

Todos os artigos foram enviados por seus respectivos autores e avaliados por professores e pesquisadores experientes nas respectivas áreas e temáticas de estudo. Avaliação esta feita às cegas, sem nenhuma identificação de autoria, filiação institucional ou titulação. Todos os artigos aqui publicados receberam parecer favorável à publicação, após uma cuidadosa leitura e análises criteriosas por parte dos pareceristas, que apontaram observações, sugestões, reflexões e

melhoramentos, enriquecendo muito a qualidade da Revista como um todo. Fica nosso agradecimento aos pareceristas que participaram dos trabalhos desta edição.

Esta edição também marca algumas conquistas importantes da Revista, as quais temos o prazer de anunciar. Desde que recebemos a avaliação B2 no Qualis/Capes, em 2012/2013, o fluxo de artigos submetidos à Revista aumentou exponencialmente, criando várias oportunidades e, ao mesmo tempo, muitos desafios. Desde então, a Revista passou a desenvolver uma série de rotinas e novos procedimentos de trabalho, priorizando sempre a exogenia, a transparência, a acessibilidade, a internacionalização e a honestidade, tanto para os autores quanto para os leitores.

Dentre as ações prioritárias desenvolvidas nesse período, destaca-se a implantação da versão eletrônica da Revista (ISSN 2447-8709), espelho da versão impressa (ISSN 1516-4551), que já se encontra disponível na internet para acesso gratuito e integral, inclusive com o conteúdo das edições anteriores. Mesmo com a versão eletrônica, nós mantemos os 64 acordos de permuta da versão impressão em operação, além de ser gratuitamente distribuída para 118 universidades do Brasil e do Exterior. Com a implantação da versão eletrônica, abre-se, agora, a oportunidade para uma difusão da Revista em nível global.

Outra conquista importante foi a organização das rotinas de trabalho visando à agilidade do trabalho editorial. A equipe da Revista responde prontamente a todos os pedidos de informações, inclusive e-mails, que são respondidos no prazo máximo de 48 horas. A primeira etapa da avaliação dos trabalhos, que é a análise da pertinência do artigo à linha editorial da Revista e do cumprimento das normas, é realizada e comunicada ao autor em menos de 48 horas. O resultado da avaliação pelos pareceristas é comunicado ao autor imediatamente, para que ele tenha ciência dos resultados dos pareceres. Com a implantação da nova versão eletrônica da Revista, a equipe editorial está estudando uma novidade importante, que é a possibilidade de publicação dos artigos em fluxo contínuo, quer dizer, a publicação imediata do artigo aprovado, revisado e diagramado na versão eletrônica da revista, sem precisar esperar o fechamento da edição impressa. Tudo para aumentar a agilidade dos trabalhos e diminuir o tempo entre a produção e a difusão do conhecimento.

Juntamente com o princípio de transparência que guia os trabalhos da equipe editorial, a Revista também preza muito pela diversificação das perspectivas teóricas, pela riqueza das abordagens, pela diversidade de pontos de vista. Acreditamos que não vale a pena usar hipérbolos ou eufemismos sobre dados de exogenia apenas para atingir índices ou exigências de qualificação. O mais importante, para nós, é a credibilidade que estamos construindo ao longo desses anos, no sentido de só termos trabalhos publicados que passaram, rigorosamente, por todas as etapas de avaliação.

Muitas conquistas foram realizadas desde a última avaliação da Revista. Mas junto com essas conquistas, temos também grandes desafios pela frente. A Revista já está indexada nos sistemas da Latindex, Assembleia de Minas, Portal de Periódicos (CAPES) e sumarios.org. Com a implantação da nova versão eletrônica da Revista em 2015, já estão em andamento os processos de indexação nas bases Scopus, DOAJ e Redalyc. Nossa meta para 2016 é realizar a indexação da Revista em outras bases de dados internacionais, sempre com o intuito de difusão, acessibilidade e transparência. A versão eletrônica da revista abriu também a possibilidade de se pensar em políticas ainda mais ousadas de internacionalização, que compreendem, em um primeiro momento, a contratação de pareceristas estrangeiros e a divulgação dos editais de chamada para submissão de artigos em todos os países de língua portuguesa. Em um segundo momento, o desafio consistirá na internacionalização da Revista por meio do acesso à língua, o que vai exigir um progressivo aumento de publicações em inglês.

Tudo isso faz da Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas um importante espaço de difusão do conhecimento para a comunidade científica, um espaço para publicação de trabalhos de altíssima qualidade, que apresentam contribuições científicas originais e discussões relevantes ao estado atual da arte em Constitucionalismo e Democracia, que constitui a linha editorial da Revista. Toda a equipe da Revista está comprometida com esses ideais e com os princípios de transparência, acessibilidade, exogenia e honestidade. Esses pequenos detalhes, formados por uma série de conquistas e desafios, fizeram com que a Revista evoluísse bastante em qualidade nesses últimos anos. Mas sabemos também dos desafios que temos pela frente, especialmente no que concerne à necessidade de uma progressiva política de internacionalização, como estratégia de difusão global de uma cultura jurídica mundial sobre Constitucionalismo e Democracia.

Rafael Lazzarotto Simioni

Pós-doutor em Teoria e Filosofia do Direito

Editor-chefe da Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas